

Governadores pedem pressa à Constituinte

Foto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — “Constituição já, pelo amor de Deus”. O apelo, feito pelo Governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, foi acompanhado pelos seus colegas do Paraná, Alvaro Dias, Santa Catarina, Pedro Ivo, Alagoas, Fernando Collor, e Paraíba, Tarcísio Buriti. Os cinco estiveram em Brasília para receber a comenda da Ordem do Congresso Nacional e, nos corredores da Câmara, fizeram severas críticas ao adiamento do cronograma da Constituinte.

Para eles, a prorrogação dos prazos da Assembléia tem consequências políticas, sociais e econômicas insuportáveis para o País.

— Cada dia que se adia a promulgação da Constituição é mais um dia de preocupações, angústias e incertezas — disse Pedro Ivo.

No início da tarde, Moreira Franco reuniu-se por mais de uma hora com o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para discutir, segundo informou, “a necessidade de mobilização de todos para estimular um amplo entendimento e acelerar os trabalhos da Constituinte”. Ele assinalou que as consequências do retardamento não são políticas, mas econômicas e sociais. Disse que não vê como o atraso possa, por exemplo, impedir a realização de eleições em 1988. E citou o exemplo da sucessão de Getúlio Vargas, em 1945, quando as eleições foram organizadas e realizadas em prazo inferior a dois meses.

— Em Brasília se fica muito preocupado com isso, mas esta é uma questão insignificante perto dos danos econômicos sociais e individuais



Ulysses e Fernando Henrique, um dos condecorados pelo Congresso

deste atraso — frisou.

Mas a interpretação do Governador de Alagoas, Fernando Collor, é outra. Ele teme que as sucessivas prorrogações de prazo terminem por inviabilizar as eleições em 1988, que considera uma necessidade vital do País.

— Precisamos expulsar os ratos que estão pilhando nossas divisas e roubando nosso País — enfatizou.

Mesmo os Governadores avessos ao mandato de quatro anos para o Presidente Sarney, como Pedro Ivo,

consideram que só a promulgação da Constituição fará com que o País volte à sua normalidade institucional.

Os cinco Governadores concordaram em que o atraso trará consequências imediatas aos Estados e Municípios, uma vez que impedirá a reforma fiscal e o aumento de receita já no próximo exercício.

— Nossas expectativas de iniciar o ano dentro de uma nova realidade econômica foi frustrada — constatou Moreira Franco.

Para Moreira, crise vai unir o PMDB

BRASÍLIA — A radicalização das contradições internas do PMDB é reflexo do fim do período de transição e levará a uma definição político-ideológica e à consequente união do partido. Esta é a avaliação feita ontem pelo Governador do Rio, Moreira Franco, que considera este o momento certo para iniciar um amplo debate partidário e impedir que o PMDB se fracione.

Para Moreira, a definição de rumos e objetivos, fundamental para o PMDB do ponto de vista político, além da depuração dos quadros partidários, partirá exatamente do processo de radicalização. Mas, a seu ver, neste processo as lideranças partidárias não podem “assumir atitudes discriminatórias e intransigentes”. Moreira considerou a iniciativa dos “autênticos” do PMDB de rediscutir as linhas partidárias um estímulo à unidade do partido.

— Unidade não é inexistência de conflitos, mas respeito ao programa partidário e às posições individuais dos seus membros — afirmou.

Moreira defendeu também, junto aos demais Governadores do PMDB e ao Presidente do partido, Ulysses Guimarães, a necessidade de o partido mobilizar suas lideranças trabalhistas, para se aproximar mais das bases e promover um amplo debate sobre as questões sociais e trabalhistas dentro da Constituinte.

— Temos que colocar em prática nosso programa, que prega uma sociedade justa, mas não cartorizada e atrasada. Defendemos a eficiência econômica ao lado da eficiência social e isso deve ser discutido com a classe trabalhadora, que deve estar mobilizada para defender seus direitos — argumentou.

O possível “racha” no PMDB também preocupa o Governador de Alagoas, Fernando Collor, para quem “os progressistas devem lutar dentro do partido para empunhar sua bandeira de luta”.

— Afinal de contas, o programa do PMDB é um programa progressista, apesar de ter sido rasgado pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira — disse.

Congresso entrega comenda a diversas personalidades

O Congresso Nacional homenageou ontem diversas personalidades com a comenda da Ordem do Mérito do Congresso Nacional, instituída em 1972, em reconhecimento àqueles que se destacaram junto ao Poder Legislativo. “In memoriam” foram agraciados os ex-Presidentes João Goulart e Ranieri Mazzilli, o Ministro Marcos Freire e o Cardeal D. Avelar Brandão Vilela. Dos 15 Governadores condecorados, apenas nove compareceram à solenidade de entrega das medalhas.

Coube ao Chanceler da Ordem, o Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, agraciar o Presidente do Senado, Humberto Lucena, e o Deputado Heráclito Fortes, que presidiram a sessão solene de entrega da Comenda.

As mulheres dos ex-Presidentes Goulart e Mazzilli receberam o Grande Colar — a mais alta condecoração da Ordem. A Grã-Cruz foi conferida aos Cardeais Eugênio Sales e Aloysio Lorscheider. Os Governadores receberam a medalha Grande Oficial.

Estiveram presentes: Moreira Franco (RJ), Alvaro Dias (PR), Marcelo Miranda (MS), Jerônimo Santana (RO), Tarcísio Buriti (PB), Pedro Ivo (SC), Fernando Collor (AL), Max Mauro (ES) e Antônio Carlos Valadares (SE). O Diretor Regional da Rede Globo em Brasília, Afrânio de Mello Franco Nabuco, foi congratulado com a Ordem Oficial, assim como o jornalista Vladimir Herzog, “in memoriam”.

Afif: a economia condiciona mandato

A definição do mandato do Presidente José Sarney, na opinião do Deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP), não dependerá da força do Centrão, da articulação dos Governadores ou da união do PMDB, mas exclusivamente da situação econômica nos meses de janeiro e fevereiro. Para Afif, que esteve ontem no Rio tratando de assuntos particulares, políticos e analistas não têm atentado para o fato de que o mandato de Sarney será discutido no final dos trabalhos da Constituinte, durante a votação das disposições transitórias, o que deverá acontecer apenas em abril.

— Até lá, muita coisa ainda vai acontecer. Se a votação fosse no início de janeiro, não tenho dúvidas de que o Presidente José Sarney cumpriria o mandato de cinco anos, como deseja. Entretanto, se a crise eco-

nômica se agravar, acho que não haverá outra saída que não seja a redução do mandato — argumentou.

Ao justificar sua tese, Afif lembrou previsões de técnicos do Governo que estimam em 20 a 25 por cento a inflação dos dois próximos meses. Disse ainda que muitos pequenos e médios empresários, que apostaram no Plano Cruzado e tiveram suas dívidas roladas por mais seis meses, terão que saldar esses compromissos no final de fevereiro.

Quanto ao debate sobre a estabilidade no emprego, um dos dispositivos mais polêmicos, Afif aposta que ele não chegará a acontecer. Ele prevê um acordo em torno de uma indenização progressiva para os empregados, tendo por base o tempo de permanência no emprego.